

CLIPPING FARMÁCIA

24 de Janeiro de 2020

- SP amplia uso de planta medicinal e distribui 6,7 milhões de fitoterápicos
- Juiz reduz indenização a ser paga pela Johnson Johnson de US\$ 8 bi para US\$ 7 mi
- Empresa faz recall de remédio para úlcera gástrica após recomendação da Anvisa
- Pague Menos tenta corrigir rumo
- EMS retoma interesse por ativos da Takeda
- Anvisa passa a exigir apenas receita médica para liberar importação de canabidiol
- Anvisa aprova proposta que simplifica importação de produtos à base de canabidiol



SP amplia uso de planta medicinal e distribui 6,7 milhões de fitoterápicos

Fornecimento cresceu 662% entre 2015 e 2019 na cidade de São Paulo; pacientes usam medicamentos para tratar gastrite, ansiedade e outros problemas

O potencial de plantas no tratamento de doenças e sintomas tem ganhado reconhecimento na área de saúde, fazendo delas aliadas da medicina convencional.

Industrializadas ou manipuladas e em formatos que vão de cápsula a comprimido e gel, ganhando o nome de fitoterápicos, 12 plantas estão entre os 184 medicamentos indicados em programas de atenção primária do Ministério da Saúde.

Na cidade de São Paulo, o fornecimento de fitoterápicos cresceu 662% no ano de 2019 em relação a 2015. Desde 2006, o Brasil tem a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF), que prevê a oferta de plantas in natura ou secas e de fitoterápicos, além de criação de hortas municipais de plantas medicinais. O ministério também instituiu, em 2010, o programa Farmácia Viva, que compreende o cultivo de plantas medicinais a fim de serem distribuídas ou preparadas como fitoterápicos.

No Estado de São Paulo, por exemplo, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento mantém um horto em Campinas, no interior paulista, com plantas matrizes para fornecimento de mudas para unidades de saúde da cidade e projetos comunitários. De acordo com o Ministério da Saúde, dos 90 projetos de assistência farmacêutica em plantas medicinais e fitoterápicos apoiados pela pasta, oito estão no Estado. Na capital, cerca de 200 unidades básicas de saúde (UBSs) da Prefeitura de São Paulo oferecem medicamentos fitoterápicos mediante prescrição médica.

No ano passado, 6,702 milhões foram fornecidos. Em 2015, quando a oferta na rede municipal teve início, eram 878 mil unidades.

Os números se referem a quatro tipos de medicamentos: a isoflavona-de-soja, indicada para o climatério, transição que a mulher passa da fase reprodutiva para a pós-menopausa, a garra-do-diabo, anti-inflamatório e analgésico, a espinheira-santa, para tratar gastrite e indigestão, e a valeriana, para casos leves de depressão e ansiedade.

O município também mantém hortas medicinais em aproximadamente 100 UBSs, destinadas a projetos educativos. Um dos casos é a UBS Barragem, em Parelheiros, extremo sul paulistano, que tem um espaço batizado de “Cantinho da Vovó”. Entre as plantas que profissionais de saúde da rede costumam recomendar a pacientes, estão o boldo, o gengibre e o maracujá. O aposentado Josué Rodrigues da Silva, 71 anos, recorda-se da mãe usando plantas para resolver problemas de saúde. Morador do bairro há 25 anos, é adepto das ervas medicinais e retira fitoterápicos na unidade de saúde. “No meu terreno, eu planto as ervas medicinais. Tenho hortelã, poejo, guaco, capim santo. Tenho diabetes e pego todos os meus remédios lá (na UBS). A médica visitou a minha casa e falou que eu tenho tudo para ter uma vida saudável”, conta.

Silva diz que, embora já tivesse noções dos benefícios das plantas medicinais, foi na UBS que ampliou seus conhecimentos e aprendeu como usá-las. Todos os meses ele vai à unidade para consultas. “Aproveito e passo na horta também.”





“Muitas vezes, a gente está tomando um remédio e não sabe. Eu uso as ervas quando estou com gripe, uma dor de estômago ou quando como algo que não cai bem. Aprendi como faz chá com boldo-do-chile. É só amassar as folhas dele em um copo, colocar a água e esperar. Não é muito bom (por causa do sabor), mas resolve.”

Coordenador do programa de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde da Prefeitura, o médico Emílio Telesi Júnior comenta que os fitoterápicos, até o fornecimento pela rede em 2015, eram restritos aos poucos profissionais de saúde que tinham interesse no tema. Ele ressalta, por exemplo, ações realizadas para difundir as plantas medicinais e os fitoterápicos entre os servidores.

“As faculdades de Medicina nem ensinam os profissionais a prescrever fitoterápicos, ensinam a prescrever drogas das farmácias e, de um modo geral, médicos recebem muita propaganda de medicamentos químicos e são muito influenciados por isso.”

Produção

Segundo a Associação Brasileira das Empresas do Setor Fitoterápico, Suplemento Alimentar e de Promoção da Saúde (Abifisa), o setor cresce, em média, 10% ao ano em valores e cerca de 2% em unidades nos últimos cinco anos.

“O uso de medicamentos fitoterápicos tem crescido mundialmente e não é diferente aqui no Brasil. A população vem buscando um estilo de vida mais saudável para a manutenção da saúde e do bem-estar, soluções mais naturais de alimentação e de cuidados em geral,

o que contribui para a expansão da fitoterapia, que, em geral, oferece opção terapêutica menos agressiva que os produtos sintéticos.

O mercado de fitoterápicos faturou R\$ 2,3 bilhões em 2018, representando participação de 2,2% do mercado farmacêutico total”, diz Gislaïne Gutierrez, presidente do conselho diretivo da Abifisa. Segundo Gislaïne, os principais fitoterápicos usados no Brasil são feitos com maracujá, hera, castanha da Índia, ginkgo biloba e guaco (expectorante).

Conselho de medicina ‘vê com cautela’ prescrições sem respaldo

Enquanto os fitoterápicos são tema de cartilha temática que está na 4ª edição pelo Conselho Regional de Farmácia (CRF) de São Paulo, o Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Cremesp) diz que “vê com cautela a prescrição de fitoterápicos sem respaldo científico” e que, do que chama de terapia alternativa, só reconhece a acupuntura e a homeopatia – “desde que sejam praticadas por médicos”.

Professora da especialização em Fitoterapia da Universidade Federal de São Carlos (UFScar), a farmacêutica Patrícia Correa Dias considera que a área tem crescido “muito” nos últimos anos, tanto na rede pública quanto privada. “Essa demanda surge muitas vezes da própria população, que busca uma possibilidade natural de tratamento, até para minimizar efeitos colaterais da medicina tradicional.”



Para ela, a comunidade científica tem se debruçado mais sobre o tema, reforçando e comprovando usos, em áreas como Medicina, Fisioterapia, Nutrição, Enfermagem e Farmácia. “Hoje a gente consegue fazer uma dobradinha da tradicionalidade associada à ciência.”

“Nós temos princípios ativos naturais hoje capazes de trazer soluções e tratamentos para doenças de diferentes sistemas do organismo, com cura ou redução de sintomas”, comenta.

“Há vários países em que a fitoterapia tem destaque, na Europa e Ásia. No Brasil, acredito que as políticas públicas são favoráveis, mas os programas ainda precisam ser melhorados para que tenham avanço mais efetivo”, analisa a professora.

Assim como Patrícia, a farmacêutica Ana Flavia Marçal Pessoa, pesquisadora do Departamento de Cirurgia da Faculdade de Medicina da USP, também considera que a formação sobre fitoterápicos ainda é muito restrita aos profissionais de Farmácia. “Dependendo da classe do profissional, tem certo preconceito, principalmente na médica. Percebo que há uma falta de conhecimento e, quando o profissional não conhece, acaba olhando de uma forma negativa”, diz. “É estranho porque a gente tem uma diversidade tremenda de biodiversidade, que poderia ser melhor aproveitada”, afirma.

A pesquisadora ressalta, contudo, que os fitoterápicos não estão isentos de efeitos colaterais e que é necessário avaliar interações medicamentosas e as doses corretas.

“Tem sim contraindicação. O medicamento fitoterápico tem um máximo de utilização de três meses.” O Ministério da Saúde, questionado sobre o tema, recomenda que a população utilize apenas produtos com segurança e eficácia comprovadas. “Também deve ser respeitadas a dose, posologia e a forma de uso”, afirma a pasta.

Fonte: Estadão

Juiz reduz indenização a ser paga pela Johnson Johnson de US\$ 8 bi para US\$ 7 m

Processo envolve usuário do antipsicótico Risperidona; homem alegou que seu uso resultou em ginecomastia (aumento das mamas)

Um juiz da Filadélfia reduziu o montante da indenização que a Johnson & Johnson terá de pagar em um processo a respeito do antipsicótico Risperidona, de US\$ 8 bilhões para US\$ 7 milhões.

A decisão ocorreu depois que um júri condenou a empresa a pagar US\$ 8 bilhões a um homem que alega que o uso do Risperidona, quando criança, resultou em ginecomastia (aumento das mamas). Segundo ele, a Johnson & Johnson não avisou de forma adequada sobre o risco.

A empresa pediu que o valor fosse reduzido, argumentando que era excessivo e desproporcional aos US\$ 680 mil em indenizações pagas ao reclamante.

Fonte: Valor



Empresa faz recall de remédio para úlcera gástrica após recomendação da Anvisa

Medley diz que é possível que 50 lotes tenham sido contaminados

A Medley, empresa de medicamentos genéricos que faz parte do grupo Sanofi, anunciou nesta segunda (20) o recolhimento do remédio Ranitidina (150 mg e 300 mg), que inibe a produção de ácido pelo estômago e é normalmente utilizado no tratamento de úlcera gástrica.

A Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) recomendou maior controle de drogas que levem nitrosaminas em sua composição. Essas substâncias são usadas na fabricação de remédios e podem causar câncer em caso de exposição prolongada.

A Medley diz que a decisão foi tomada após possível contaminação por N-nitrosodimetilamina – composto membro da classe das nitrosaminas – de cerca de 50 lotes do medicamento.

Apesar de a Anvisa não ter determinado um recall das farmacêuticas, a agência publicou um comunicado em que recomenda que empresas reavaliem os seus métodos de processamento de nitrosaminas.

“A decisão é de precaução, o mesmo que ocorreu em 2019, quando ações foram adotadas após a detecção de nitrosaminas nos princípios ativos conhecidos como ‘sartanas’, como a losartana e a valsartana, ingredientes utilizados na fabricação de medicamentos para o tratamento de hipertensão arterial (pressão alta)”, diz o comunicado.

De acordo com o Procon de São Paulo, aqueles que compraram algum dos lotes de Ranitidina têm o direito de ter seu medicamento trocado por outro que não tenha sido contaminado ou receber o seu dinheiro de volta.

Além disso, o órgão recomenda àqueles que compraram o remédio que não façam uso, conservem as embalagens e entrem em contato com a empresa pelo telefone: 0800 729 8000.

Fonte: Folha de SP





Pague Menos tenta corrigir rumo

Maior rede do Nordeste abriu lojas demais enquanto fundador respondia à Justiça

No auge da expansão do setor de farmácias, entre 2014 e 2017, quando as vendas subiam 20% ao ano e o resto do varejo vivia em crise, a Pague Menos era uma fábrica de abrir loja. Fundada em 1981 pela família Queiroz, a rede cearense abriu, em 2016, uma unidade a cada três dias – número menor apenas que o da Raia Drogasil, que vende quase o triplo da empresa.

O plano era ganhar tamanho para avançar numa oferta pública inicial de ações (IPO, da sigla em inglês), que levaria a sua sócia, a gestora General Atlantic (GA), a sair do investimento após junho de 2018. Mas a situação da empresa complicou-se de dois anos para cá.

A Pague Menos perdeu ritmo de crescimento e a taxa de endividamento líquido (ajustado) foi a seis vezes no fim de 2019, segundo a agência de rating Fitch – a empresa não confirma o número. Economia fraca, concorrência mais agressiva, falhas da gestão e a saída do fundador, preso em 2018, criaram um cenário desfavorável, dizem fontes.

A varejista diz que a expectativa é que, neste ano, as vendas nas lojas mais antigas (índice "mesmas lojas"1 voltem a acelerar e isso ajude a sustentar o caixa.

"O que aconteceu é que abrimos quase 500 lojas desde 2016 e paramos para corrigir erros em 2019. Vamos voltar a abrir lojas, mas num ritmo mais lento do que no passado", diz Luiz Renato Novais, diretor vice-presidente administrativo e financeiro.

Em 2019, foram sete aberturas por trimestre, em média, 20% do que se via no ano anterior.

Em linhas gerais, fontes observam que a situação reflete um conjunto de fatores.

"Houve maior tolerância a lojas que tinham desempenho ruim por alguns anos, para segurar o ponto, o que foi um erro.

E a decisão de estocar mais produtos em 2018, superando 100 dias em estoque na época, não elevou tanto a receita e fez a empresa acumular produto de giro baixo", diz uma fonte do setor. "No começo de 2019 tiveram que incinerar quase R\$ 20 milhões em produtos que estavam com data vencida".

A crise que afetou o setor após 2017, com a queda da taxa do emprego, e o aumento da rivalidade entre cadeias no Nordeste fizeram a Pague Menos perder vendas nas lojas mais antigas (com mais de um ano). Em 2018, essa venda caiu 4%. No acumulado de 2019, a empresa deve reportar nova retração, apurou o Valor.

A empresa sentiu a concorrência e entrou em guerra de preços para defender seu mercado. No Nordeste, estão mais de 600 pontos do total de 1,1 mil lojas do grupo. Resultado: de julho a setembro a cadeia perdeu 1,6 ponto de margem bruta, para 29%. "Com maior fôlego financeiro, a Raia Drogasil correu para abocanhar esse filão no Nordeste que poderia ter caído todo no colo da Pague Menos, que já era líder em certas capitais", diz o diretor de uma rede varejista.





No começo de 2018, a Pague Menos tinha 21 % do mercado no Nordeste, e em setembro de 2019, 19,8%. No período, a fatia da RD passou de 5% para 8%.

Também foi em 2018 que o fundador Francisco Deusmar Queiroz, com 57% das ações da Pague Menos, foi condenado pela Justiça. Os planos de abrir o capital em bolsa, que já não estava tão firme, acabaram suspensos, apurou o Valor.

Queirós foi preso em setembro de 2018 por crime contra o sistema financeiro nacional. Segundo o Ministério Público, corretoras de Queirós praticavam "garimpagem" ao comprar papéis "de acionistas privados e geralmente desinformados a um preço bem menor do praticado no mercado". Condenado a 9 anos e 2 meses, ficou menos de três meses preso e depois foi transferido ao regime semiaberto. Neste mês, o Tribunal Regional Federal da Sª região alterou a tipificação para crime contra o mercado de capitais e a pena caiu a 10 meses.

Queirós foi afastado, deixando o cargo de presidente do conselho de administração para o filho Mário de Queirós, atual CEO.

Segundo duas fontes, Queirós tem orientado o filho sobre os negócios. Em nota, a empresa diz que Mário tem autonomia na gestão e Deusmar ué atualizado regularmente sobre o andamento dos negócios, mas não tem gerência direta sobre o dia a dia".

A respeito da relação com a sócia GA, a varejista diz que é "excelente" e que a gestora é um investidor de longo prazo. A GA tem 17% da Pague Menos.

Procurada, a gestora não se pronunciou.

A direção da varejista entende há avanços na operação. Após redução no ritmo de abertura de lojas, a receita passou a crescer mais do que as despesas. "Estamos convencidos que o Nordeste vai reagir após 2020 e vamos nos beneficiar disso", diz Novais.

No dia 30 de dezembro, uma assembleia geral de investidores, da 4ª emissão de debêntures, foi convocada para votar um aditamento na escritura que permitiria uma nova emissão de dívida. A rede já tinha fechado nova operação, a Sª emissão, mas a escritura da 4ª emissão, informava que a assunção de nova dívida levaria a vencimento antecipado desta. "Isso estava mal escrito e foi preciso chamar assembleia para fazer o aditamento", disse Novais.

Por causa do erro, a empresa pagará 0,25 de prêmio sobre o valor nominal das debêntures, de R\$ 200 milhões. O item foi aprovado. Em dezembro, a Fitch rebaixou o rating da empresa relativo a esta 4ª emissão, de "A-(bra) para "BBB+(bra) com perspectiva negativa. A agência projeta relação dívida e Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) em seis vezes em 2019 e 5,8 em 2020. A Pague Menos questiona aspectos desse cálculo e diz que fechou em setembro do ano passado com uma relação de 1,8. Um ano antes, era de 1,7.

Fonte: Valor





EMS retoma interesse por ativos da Takeda

Laboratório nacional deve fazer proposta por parte do portfólio da japonesa na América Latina

A EMS, empresa do grupo NC, mantém vivo seu plano de expansão mesmo depois de perder a disputa pelo Buscopan para a Hypera. O laboratório estuda proposta de compra de parte do portfólio da Takeda na América Latina, apurou o Valor. A farmacêutica japonesa, dona da Neosaldina, reabriu o processo de venda da operação de medicamentos isentos de prescrição (OTC, na sigla em inglês) na região. Desde julho do ano passado, a empresa tenta vender os seus ativos e chegou a receber propostas em outubro, mas elas não alcançaram o valor estimado inicialmente, segundo fonte junto à negociação.

A transação gira em torno de US\$ 700 milhões a US\$ 900 milhões, segundo outra fonte com conhecimento no assunto. O prazo para a entrega das propostas é dia 20 de fevereiro. O Bank of American (BoFA) está coordenando a operação. "O negócio deve ser concluído ainda neste trimestre", disse uma fonte. A EMS está na fase de avaliação do negócio para fazer a proposta final.

Na América Latina, a Takeda tem em seu portfólio que inclui, além da Neosaldina, medicamentos como o Eparema, Xantion, Nebacetim e Fibernorm e uma fábrica na cidade de Jaguariúna, no interior de São Paulo. No ano passado, a divisão de OTC da Takeda vendeu no Brasil R\$1,8 bilhão, de acordo com dados da Consultoria Especializada IQVia. A farmacêutica procura vender toda a operação e a SEM está interessada em parte dos ativos e não deve fazer uma proposta pela unidade fabril.

A Takeda estimava obter US\$ 1 bilhão pelos ativos na América Latina. O desconto aconteceu porque a japonesa perderá pelo menos duas licenças de medicamentos na região: o Noripurum, indicado para o tratamento de anemias e deficiência de ferro, que é da suíça Vifor, e o Alektos, um remédio para alergia, da espanhola Faes Farma.

A farmacêutica japonesa busca vender a divisão de OTC no mundo para diminuir o endividamento após aquisição da Shire em 2018. A empresa desembolsou US\$ 62 bilhões no negócio. A meta é arrecadar US\$ 10 bilhões com a venda dos ativos no mundo.

Em outubro, a dona da Neosaldina concluiu a venda do segmento de OTC na região do Oriente Médio e África. A suíça Acino pagou US\$ 200 milhões, apurou o Valor. O contrato deverá ser fechado até março deste ano. Em nota, a Takeda disse que a venda anunciada em outubro faz parte dos "esforços contínuos para concentrar suas operações nas cinco principais áreas de negócios que identificou como essenciais para seu crescimento a longo prazo: Gastroenterologia, Doenças Raras, Terapias Derivadas do Plasma, Oncologia e Neurociência".

Procurada, a Takeda disse que não comenta rumores ou especulações de mercado. "A empresa permanece comprometida com o Brasil, oferecendo seu portfólio inovador de medicamentos para pacientes em todo o país". A AMS também informou que não comentaria o assunto.





A EMS busca se internacionalizar e tem investido nessa expansão. Em 2017, a farmacêutica brasileira venceu processo de licitação pública para a aquisição da empresa farmacêutica estatal sérvia Galenika. O investimento total da EMS para a aquisição do complexo Galenika foi de € 46,5 milhões pela operação e as duas fábricas no país. No Brasil, a empresa mantém quatro fábricas e exporta para mais de 40 mercados.

Fonte: Valor



Anvisa passa a exigir apenas receita médica para liberar importação de canabidiol

Paciente deverá fazer pedido em portal; autorização passará de um a dois anos

A Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) aprovou nesta quarta-feira (22) mudanças no processo de autorização para que pacientes possam importar de produtos à base de canabidiol, um dos derivados da maconha.

Com as mudanças, a agência passará a exigir apenas a prescrição médica para análise de cada pedido, o qual deve ser feito por meio do Portal de Serviços do governo federal.

Entre os documentos que deixam de ser exigidos, está a apresentação de laudo médico com a descrição da doença e termo de consentimento – o qual passa a ser gerado de forma automática. Segundo a agência, a dispensa de laudo médico ocorre devido à responsabilidade do médico na prescrição de tratamentos.

O aval para importação também passará a valer por dois anos. Antes, esse período era de um ano. Segundo o diretor-presidente substituto da agência, Antônio Barra, as medidas visam reduzir o tempo de espera de pacientes para obter os produtos, em um contexto em que crescem os pedidos de importação e o prazo para análise.

Questionada, a agência informa não ter estimativa de quanto será essa redução. "Mas esperamos que haja uma redução muito significativa.

Fica difícil dizer que vamos zerar esse prazo. O ideal é que haja acompanhamento da sociedade", diz o diretor.

De acordo com Barra, o tempo de espera atual é em torno de 75 dias, "o que pode causar a descontinuidade de tratamentos e danos irreparáveis à saúde das pessoas", afirma.

Para comparação, em 2018, o prazo para análise de cada pedido era de 45 dias.

A aprovação das mudanças ocorre um mês após a agência aprovar medidas que dão aval à venda de produtos à base de Cannabis em farmácias, mas vetar a proposta de um cultivo da planta por empresas para pesquisa e produção de medicamentos.

O veto ocorreu após críticas do governo de Jair Bolsonaro à proposta de cultivo, para quem a medida indicaria um primeiro passo para legalização da Cannabis no país.

Ainda não há prazo para oferta dos produtos em farmácias – a expectativa da Anvisa é que os primeiros pedidos de registro de produtos ocorram a partir de março, quando a resolução entra em vigor. Enquanto isso, pacientes ainda precisam recorrer aos pedidos de importação.

Desde que a Anvisa passou a receber esses pedidos, em 2015, ao menos 9.540 pacientes já obtiveram aval para importar produtos à base de canabidiol. As principais doenças apontadas nos pedidos são epilepsia, autismo, dor crônica, doença de Parkinson e neoplasia maligna.

A demanda, porém, tem sido crescente. Para comparação, em 2015, foram solicitadas 902 autorizações. Em 2018, esse número chegou a 3.613. Em 2019, dados apontam 6.276 pedidos somente até o terceiro trimestre.

Pacientes, porém, reclamam do alto custo para obter esses produtos, que chega a R\$ 1.200 por mês, o que leva muitos a recorrer ao mercado ilegal.

Fonte: Folha de SP



Anvisa aprova proposta que simplifica importação de produtos à base de canabidiol

Na mesma reunião, agência rejeitou cultivo de maconha para fins medicinais no Brasil

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou nesta quarta-feira, 22, regras mais simples para importação de produtos medicinais à base de canabidiol, substância derivada da planta da maconha. O objetivo da agência é reduzir o tempo médio de análise dos processos de liberação das importações apresentados por pacientes, hoje de 75 dias.

Em 2015, o órgão recebeu 902 pedidos de autorizações. Em 2018, a quantidade chegou a 3.613. Até setembro do ano passado, foram 6.267 requerimentos, 73% a mais do que o volume de todo o ano anterior.

A simplificação foi aprovada por unanimidade em reunião extraordinária da diretoria colegiada da agência. Na mesma reunião foi rejeitado o cultivo de maconha para fins medicinais no Brasil.

Entre as principais mudanças está a redução de documentos necessários para solicitar a importação. Hoje, são exigidos quatro: formulário, termo de consentimento, laudo médico e a prescrição. Agora, bastará a prescrição.

Também foi ampliado de um para dois anos o prazo de validade da autorização dada pelo órgão para a importação dos produtos. Além disso, foi removida a exigência de o paciente informar previamente, no momento do cadastro do pedido, a quantidade do produto que será importado.

“Como relatado, as ações já implementadas não foram suficientes para agilizar as importações. Como conseguinte, os prazos beiram os 75 dias.

Prazos elevados prejudicam acesso a terapias prescritas, o que pode causar danos irreparáveis à saúde dos pacientes”, afirmou o diretor-presidente substituto da Anvisa, Antonio Barra Torres, em relatório.

No começo de dezembro de 2019, o órgão liberou a venda em farmácias de produtos à base de cannabis para uso medicinal no Brasil. A regulamentação foi aprovada por unanimidade e é temporária, com validade de três anos.

Na mesma reunião da diretoria colegiada do órgão foi rejeitado o cultivo de maconha para fins medicinais no Brasil. Com a decisão, fabricantes que desejarem entrar no mercado precisarão importar o extrato da planta.

Fonte: Estadão

